

A UTOPIA DA AUTOGESTÃO NA CIDADE

Tatiane Marina Pinto de Godoy
Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil
tatianemgodoy@ufsj.edu.br

A Utopia na autogestão na cidade (Resumo)

A produção da vida se realiza concretamente na produção do espaço. A maneira como uma sociedade se reproduz implica nas suas condições sócio-espaciais. Compreendemos que no capitalismo o trabalho tem centralidade na vida social. A maneira como uma sociedade organiza a relação entre trabalho e capital é uma condição para a forma como os sujeitos vivem e se relacionam com o espaço social. Tomamos a utopia da autogestão para pensar. Como a autogestão pode ser analisada em conjunto com a transformação nas condições de vida urbana a partir do debate crítico e pragmático do direito à cidade? Para oferecer contribuição aportamos duas questões: a da tendência crescente à precarização do trabalho como uma condição de realização da mundialização e, por outro lado, a economia solidária como manifestação de relações sociais que sugerem a autogestão como possibilidade de transformação social.

Palavras-chave: autogestão, direito à cidade, trabalho, reprodução social.

The utopia of self-management in the city (Abstract)

The production of life is realized concretely in the production of space. The way a society reproduces itself implies in its socio-spatial conditions. We understand that in capitalism the work has centrality in social life. The way a society organizes the relationship between work and capital is a condition for the way the subjects live and relate themselves with the social space. We take the utopia of self-management to think. How self-management can be analyzed in conjunction with the transformation in the conditions of urban life from the critical and pragmatic debate of the right to the city? To provide contribution we bring two questions: the increasing tendency to precarious work as a realization of mondialization condition and, on the other hand, the Solidarity Economy as a manifestation of social relations that suggest self-management as a possibility of social transformation.

Key-words: self-management, right to the city, work, social reproduction.

Trazemos como questão para pensar o direito à cidade como utopia realizável a centralidade do trabalho na reprodução da vida urbana e a possibilidade de transformação das condições de vida na cidade a partir da superação da divisão capital-

trabalho¹. Consideramos que o trabalho é central na reprodução social. Essa afirmação não é consenso entre os estudiosos que são referências para compreender o mundo do trabalho hoje. As mudanças no mundo do trabalho e, particularmente, das relações do mesmo quando a demanda por força operária é reduzida, colocou em questão a necessidade inevitável do trabalho vivo no processo produtivo. David Harvey (2012), na proposta de atualização do pensamento marxista, que se apoia na obra de Henri Lefébvre, apresenta uma distância da tese que afirma a classe operária como vanguarda da mudança política. Para o autor é preciso olhar para os movimentos políticos da cidade como tão significativos quanto aqueles que acontecem nas fábricas. Embora ainda haja uma ênfase de alguns pensadores marxistas no protagonismo dos movimentos operários é preciso considerar que os operários estão desaparecendo em muitas partes do mundo do capitalismo avançado. Na proposta de Harvey (2012) há de se voltar a atenção para a classe trabalhadora que está criando e sustentando a vida urbana.

O trabalho precarizado é, na nossa compreensão, uma condição de realização da mundialização. O precariado, compreendido como o proletariado precarizado, conforme Rui Braga (2012) é sobretudo urbano, vive e trabalha na cidade. Espaço esse que tem uma dimensão instrumental para a reprodução das relações sociais de produção e que se organiza em função de uma divisão mundializada do trabalho. A utopia da transformação da vida na cidade não pode prescindir de uma transformação nas condições de realização do trabalho. Superar a divisão capital-trabalho para abolir a dominação do capital sobre o trabalho é uma das condições de realização do direito à cidade.

A luta pelo direito à cidade compreende a luta dos trabalhadores. Uma divisão artificialmente imposta pelo capitalismo é destacada por Harvey (1982) para retratar os países urbano industriais do capitalismo avançado na década de 1980. Atualmente, o que se pode considerar para compreender a condição dos conflitos entre o trabalho, o capital e as classes sociais nas cidades do capitalismo periférico no Brasil do período atual? Algumas premissas orientam essa tentativa de contextualização espaço temporal. A primeira é aquela da dominação do trabalho pelo capital para a extração da mais-valia que torna possível a acumulação. A segunda premissa é que, nas relações que os homens estabelecem entre si para se apropriar da natureza é produzido o espaço. E esse espaço é condição de reprodução das relações sociais.

Tenho um histórico de pesquisas que tratam das relações espaciais que se estabelecem por meio das relações sociais no âmbito do que, no Brasil, se denomina por economia solidária. A organização de trabalhadores em cooperativas e associações de produção e de serviços, dentre outras iniciativas relacionadas às trocas e às finanças solidárias, foi o mote de minhas investigações com vistas a compreender as possibilidades que tais experiências comportam para a produção de novos espaços econômicos que se pautam por relações solidárias de produção. Os resultados dessas pesquisas evidenciaram os

¹ Texto elaborado no âmbito das pesquisas: Urbanização e Precarização do Trabalho: processos em contexto de mundialização - Chamada Universal MCTI/CNPq n. 14/2014 e Urbanisation et precarisation du travail: processus en contexte de mondialisation – Estágio Pós-Doutoral junto a Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES Processo BEX 0370/15-4 com período de vigência de janeiro a julho de 2016.

limites impostos pelo contexto da hegemonia do modo de produção capitalista à realização da economia solidária.

Contudo, a pesquisas atuais que venho realizando sobre a precarização do trabalho reafirmam que a superação da divisão capital-trabalho e o estabelecimento de formas associativas e autogestionárias são a utopia possível de transformação das condições de reprodução da vida nas cidades. Os limites da realização da economia solidária no sistema capitalista são irredutíveis, contudo, a realização plena do direito à cidade, compreendido como uma luta anticapitalista, deve conter a dimensão da prática social, da realização material da vida social. Deve assim compreender a dimensão associativa a autogestionária do trabalho.

Para Antonio Cattani a utopia significa “desejo de alteridade, convite de transformação que constrói o novo, a busca da emancipação social, a conquista da liberdade”². A concretização da utopia, o projeto de construção de uma sociedade democrática, participativa, autogestionária, parte das relações sociais, da vida cotidiana, da prática sócio-espacial. Esta pode ser a revolução social, a transformação das condições de reprodução social que, já se sabe pelas experiências passadas, não se dá única e exclusivamente pela revolução política, com a imposição vertical descendente de um regime de poder.

Em entrevista à revista "Justice Spatiale", Harvey (2011) levanta o problema fundamenta da luta anticapitalista, qual seja, a definição de capital. Harvey retoma o volume 2 de *O Capital* onde Marx coloca a questão: Qual é o capital? Para respondê-la assertivamente, Marx rejeita o dinheiro, porque já existia antes do capital; a mercantilização, também existente antes do capital; a compra e venda da força de trabalho, rejeitada também porque trocar força de trabalho com serviços já se fazia antes. A resposta está na relação de classe entre capital e trabalho e o ato de produção que permite ao capitalista a produção da mais-valia. É isso que deve ser abolido. Para Marx, de acordo com a entrevista de Harvey (2011) os trabalhadores unidos devem deslocar essa relação de classe. Assim a sociedade anticapitalista será aquela onde os trabalhadores terão a decisão, tanto pela autonomia de cada trabalhador individualmente, mas também através de princípios de organização coletiva fundados na colaboração entre diferentes produtores a fim de garantir a todos um conforto de vida decente.

O objetivo principal é analisar como a utopia da autogestão ganhou concretude nas experiências históricas e qual é o papel que cabe atualmente à economia solidária como movimento social de trabalhadores autogestionários para transformação das condições de vida na cidade.

A metodologia a ser empregada envolve ainda levantamento bibliográfico que permita aprofundar a compreensão sobre a autogestão na cidade. Nesse caso, particularmente, refiromo-nos a noção de autogestão compreendida por Henri Lefébvre (2002).

Por fim, destaca-se que esse artigo contempla a sequência de debates que tenho estabelecido para construir um caminho de entendimento teórico no âmbito da

² In Hespanha, 2009, p. 328.

Geografia Crítica que ofereça contribuição para compreender o trabalho como prática sócio-espacial urbana.

Condições de reprodução da força de trabalho no século XXI

A crise do mundo do trabalho é permanente no capitalismo. As condições precárias de reprodução do trabalhador estão bem descritas pelos pensadores contemporâneos da revolução industrial. Nas cidades as evidências são perceptíveis ao olhar atento para as contradições. A reprodução ampliada do capital encontra no processo de urbanização as condições propícias para a exploração do trabalhador.

Elementos levantados por Engels (2010) nos seus estudos no final do século XIX permitem compreender a importância da urbanização, e do urbano, como modo de vida, para consolidação do capitalismo industrial e da Inglaterra como potência hegemônica vigente. A imposição de uma separação cada vez maior entre capital e trabalho é parte de um conjunto de estratégias da mundialização que atinge patamares sem precedentes. Nesse processo, cidades são projetadas como plataformas do capital internacional e as condições de reprodução do trabalho e dos trabalhadores mostram-se tão precárias quanto aquelas do cenário descrito por Engels (2010) na Londres do século XIX. Isso nos leva a compreender que a urbanização é uma condição da precarização do trabalho. Essa precarização, por sua vez, é uma condição da mundialização.

O Brasil tem no início de século XXI uma população economicamente ativa majoritariamente urbana. A mão de obra formalizada torna-se predominante ocupada no setor terciário (comércio e serviços) na década de 1980, ultrapassando os índices de ocupação no setor secundário (transformação) e primário (agricultura e extrativismo). O movimento de terciarização da economia se faz acompanhar pelo de ampliação da precarização do trabalho. Os empregos no comércio e nos serviços são os mais suscetíveis à contratos flexíveis. Menos seguridade social, salários relativamente mais baixos, instabilidade e acidentes de trabalho caracterizam as novas morfologias do trabalho no capitalismo contemporâneo. Para Antunes (2008 e 2013) essas novas morfologias do trabalho são aquelas das novas modalidades de trabalho que estão em emergência no mundo contemporâneo, cujo traço mais visível é o seu desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que abalaram o mundo produtivo e de serviços nas últimas décadas.

Se o setor terciário é grande empregador da atualidade, em termos relativos, é nele também que a precarização do trabalho tem se manifestado com uma força evidente. As políticas de trabalho e emprego possuem um importante papel para a reprodução da cidade. À medida que o Estado possibilita a flexibilização das relações de trabalho, por exemplo, por meio da regulamentação dos processos de terceirização da contratação de trabalhadores, criam-se condições de precarização do trabalho. Essa precarização, por sua vez, amplia as desigualdades sociais que se manifestam na segregação sócio-espacial. Atualmente, no Brasil, doze milhões de empregados são terceirizados (correspondente a 13% dos trabalhadores brasileiros). Um estudo elaborado em 2011 pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo DIEESE revelou que o trabalhador terceirizado fica 2,6 anos a menos no emprego, tem três horas e meia de jornada a mais por semana e ganha 27 por cento a menos que o trabalhador não-terceirizado. A cada

dez acidentes de trabalho, oito ocorrem entre terceirizados. Ainda, no Brasil, um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional (e aprovado na Câmara dos Deputados em 22 de abril de 2015) pretende ampliar a regulamentação da terceirização para a realização das atividades-fins das empresas. Isso ampliaria o número de trabalhadores contratados sob esse regime e reduziria em 30 por cento o salário médio mensal dos trabalhadores, segundo estimativas de especialistas em direito do trabalho. Considerando que o setor terciário ocupa, atualmente, o papel de principal empregador no Brasil, e que a ascensão do setor de comércio e de serviços, resultante de um novo padrão de acumulação capitalista, traz consigo a ampliação da heterogeneidade e fragmentação da força de trabalho, a manifestação da precarização e da flexibilização do trabalho conferem um elemento importante para análise da problemática urbana. A condição precária do trabalhador é também a sua condição precária de moradia, de transporte e de acesso a todos os direitos, em instância última, o direito à cidade.

As estatísticas sobre o desemprego podem nos dar um indício da complexidade que precisa ser desvelada para compreender o trabalho. No Brasil, as estatísticas oficiais sobre o mercado de trabalho, e as suas interpretações pelos especialistas, mostram que, num período inferior a 12 meses, o país apresentou um índice histórico de ocupação formal da mão de obra (dezembro de 2014), conforme divulgação dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e na sequência (segundo trimestre de 2015) a taxa de desemprego foi a maior de uma série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Trimestral (Pnad Contínua Trimestral), iniciada em 2012.

Até dezembro de 2014 a divulgação das estatísticas oficiais permitia afirmar que os índices históricos registrados no Brasil de ocupação formal da mão de obra eram opostos às taxas de desemprego dos países que vivenciam o fim das políticas de bem-estar social. Dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a partir da PME (Pesquisa Mensal de Empregos) referentes a dezembro de 2014 estimaram uma taxa de desocupação de 4,3 por cento, o que significava a menor taxa de desemprego já registrada na série histórica da pesquisa iniciada em 2003. Os dados foram obtidos de uma amostra probabilística de, aproximadamente, 38.500 domicílios situados nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Em 2014, a média anual da população desocupada foi estimada em 1,176 milhão de pessoas desocupadas, contingente 54,9 por cento menor que o de 2003 (2,608 milhões) e 10,8 por cento abaixo da média de 2013 (1,318 milhão). Em dezembro de 2014, a população desocupada nas seis regiões pesquisadas (1,051 milhão) recuou 11,8 por cento em relação a novembro (1,192 milhão) e 0,9% contra dezembro de 2013 (1,061 milhão).

O percentual médio de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado em relação à população ocupada passou de 50,3 por cento (11,6 milhões) em 2013, para 50,8 por cento (11,7 milhões) em 2014. Em 2003 essa proporção era de 39,7 por cento (7,3 milhões). Em 12 anos esse contingente cresceu 59,6 por cento (ou mais 4,4 milhões). Em dezembro de 2014, havia 11,807 milhões de trabalhadores com carteira assinada no setor privado, apresentando estabilidade no mês e no ano.

Se em dezembro de 2014 os índices apontavam que a ocupação formal da mão de obra superava uma condição histórica de informalização, no segundo trimestre de 2015 os resultados divulgados pela Pnad Contínua Trimestral destacavam que a taxa de desemprego foi de 8,3 por cento. Segundo o IBGE, a população desocupada, equivalente a 8,4 milhões de pessoas, subiu 5,3 por cento em comparação ao trimestre imediatamente anterior. Na comparação com o segundo trimestre de 2014, subiu 23,5 por cento. A taxa cresceu tanto na comparação com o primeiro trimestre de 2015 (7,9%), quanto com o segundo trimestre de 2014 (6,8%).

Há que se fazer alguns esclarecimentos sobre essas estatísticas. A PNAD Contínua é uma pesquisa por amostra probabilística de domicílios, de abrangência nacional. A PME (Pesquisa Mensal de Emprego) produz indicadores mensais sobre a força de trabalho que permitem avaliar as flutuações e a tendência, a médio e a longo prazos, do mercado de trabalho, nas suas áreas de abrangência: regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Embora tenham abrangências e metodologias diferentes, o que se destaca dessas estatísticas é que a compreensão sobre o trabalho e sobre a condição de reprodução do trabalhador são distorcidas quando se analisa apenas a partir de um conjunto de dados sem que se considere os processos subjacentes que implicam na ampliação ou retratação das contratações, em primeira instância, e na extração da mais valia para reprodução ampliada do capital aliada aos processos de urbanização e mundialização.

Quando se faz uso de estatísticas mais abrangentes divulgadas compreende-se que a partir dos anos 1980, no Brasil, a indústria deixa de ser a principal empregadora de mão de obra. O setor terciário predomina nas contratações. Sua ascensão é resultado do novo padrão de acumulação capitalista.

Nos anos 2000 a formalização das contratações supera os registros históricos, contudo, se a formalização da mão de obra é um dado significativo, não se pode deixar de mencionar que persiste uma hiper-exploração do trabalhador evidenciadas nas atividades urbanas. A formalização regula a relação entre capital, trabalho e Estado, mas não garante condições dignas de reprodução do trabalhador. Na cidade, umas das formas de constatar essa hiper-exploração do trabalho está nos deslocamentos entre a moradia e o local de emprego, na valorização de fragmentos da cidade a partir do valor produzido pelo trabalho e o lugar que cabe como moradia ao trabalhador que cria o valor.

Salientamos que a hiper-exploração do trabalho nas cidades torna-se mais evidente porque compreendemos que há um processo de urbanização em escala mundial que concentra o capital e submete o trabalhador à venda de sua força às corporações com atuação em escala global. Não negligenciamos a exploração do trabalhador do campo, embora saibamos que as condições de exploração desse trabalhador também estejam submetidas ao grande capital internacional.

Contraponto: autogestão no Brasil

O tema da economia solidária não é novo. Há mais de duas décadas avolumam-se os estudos sobre as suas diferentes dimensões. Áreas de estudos diversas, mas

principalmente aquelas relacionadas às ciências humanas e sociais aplicadas apontam aspectos das experiências em desenvolvimento que tratam de discutir suas dificuldades, limites e potências. Também não faltam estudos que apontam como remediação da crise do mundo do trabalho, como uma alternativa reformista dentro dos limites do capitalismo. Não é necessariamente nosso objetivo aprofundar esse embate, embora tenhamos uma posição clara que entende as experiências da economia solidária como uma possibilidade, dentre outras em vigência, de transformação social.

É por essa razão que, mais uma vez, trazemos a nossa discussão sobre a capacidade autogestionária da economia solidária de realização como utopia concreta, conforme nos indica Lefèbvre para superar o entendimento das contradições de nossa sociedade e avançar na prospecção daquilo que torna possível pensar nas saídas para a crise de reprodução das relações sociais³.

A utopia, tema deste colóquio, nos convoca a refletir sobre o possível e a buscar no pensamento e na dimensão real da vida social. Para tanto trazemos uma forma de compreensão sobre a economia solidária e como ela pode ser analisada na perspectiva de uma geografia urbana crítica.

Compreendemos que a economia solidária consiste em uma forma de produção, distribuição, comercialização, troca, consumo e finanças, de base cooperativista e autogestionária, tendo como finalidade a reprodução do trabalho associado. Essa forma de produção envolve a dimensão social, econômica, política, cultural e espacial, onde se inserem com a perspectiva da construção de uma sociedade solidária e democrática, reafirmando a emergência de atores sociais com a emancipação dos trabalhadores como sujeitos históricos. Entendemos que a economia solidária tem duas dimensões:

- Enquanto conceito, ela significa um conjunto de ações de caráter econômico, político e cultural, definidoras de uma outra forma de apropriação do valor produzido pelo trabalho;
- Enquanto prática econômica ela se materializa nas formas das cooperativas, das associações, dos grupos informais que estabelecem relações sociais baseadas nos princípios da solidariedade econômica, social e política, desenvolvendo uma democracia participativa, pelo menos no que diz respeito à gestão do espaço da produção, troca, distribuição e consumo.

Fazemos uma distinção entre economia solidária e economia popular. Se a economia solidária consiste numa forma de organização do trabalho e da produção que se assenta na autogestão e na organização coletiva dos trabalhadores, a economia popular se organiza a partir de trabalhadores individuais, geralmente empreendimentos individuais, onde não existe a relação patrão-empregado, mas sem a perspectiva de associação ou cooperação entre trabalhadores e empreendimentos.

Outras distinções em relação à economia criativa e à economia verde são afirmadas nos documentos produzidos pelo movimento nacional de economia solidária no Brasil como, por exemplo, a Carta Política da V Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em dezembro de 2012, que afirma que ela tem como princípio a autogestão, a

³ Lefèbvre, 2008, p. 98.

solidariedade, o reconhecimento e valorização dos saberes tradicionais sendo uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário.

Outras distinções se fazem importantes para que se compreenda o projeto político que os atores da economia solidária defendem no Brasil:

- Em relação ao terceiro setor – conceito que surge no contexto anglo-saxão, cuja ideia central é a da filantropia, particularmente nos EUA, com uma ação redistributiva das organizações sem fins lucrativos, paralela à ação estatal nesse campo.
- Em relação à economia social - é formulada no contexto europeu, em que o Estado-Providência é a base do enfrentamento dos problemas sociais, desenvolvendo-se aí uma economia com fins sociais, baseada em grandes fundações, associações e cooperativas, que atuam, hoje, como “apêndice do Estado”.

São diversas as experiências no mundo que dialogam com a economia solidária no Brasil. Há, contudo, a construção de uma compreensão própria por parte dos trabalhadores organizados para além dos empreendimentos econômicos solidários por meio dos fóruns que organizam pautas locais, regionais, estadual e nacional. As referências históricas são importantes, mas o projeto do movimento consiste na construção de sua própria história, tendo os trabalhadores como sujeitos protagonistas.

A teoria crítica e, particularmente, a corrente teórica da Geografia Crítica Radical, tem produzido um conhecimento revelador das estratégias de reprodução do capitalismo e do projeto da mundialização.

Mas as experiências populares que são potencialmente portadoras de valores como a solidariedade e a autogestão são muitas vezes explicadas pela teoria crítica como soluções reformistas para as crises do capitalismo. Para muitos adeptos da teoria crítica, e de viés marxista, por exemplo, nada parece corresponder a possibilidade de transformação social.

A nosso ver, se o princípio básico dos empreendimentos econômicos solidários está em não haver separação entre os detentores dos meios de produção e os detentores da força de trabalho, ou seja, superar a separação entre capital e trabalho, a força transformadora da economia solidária não pode ser negada em razão da conjuntura político-econômica que opera na informalização das organizações e de seus trabalhadores.

Temos como preceito que, no capitalismo, todas as formas de trabalho são precárias. A extração da mais-valia e a concentração de riqueza é fonte de determinação das desigualdades. Portanto, por melhor remunerado que seja um trabalhador de uma empresa capitalista, ele está sendo alienado da riqueza que produz por ter um salário que não condiz à totalidade do valor que gera com a sua força de trabalho.

Nesse sentido a autogestão responde à superação da divisão capital/trabalho. Na economia solidária essa é uma característica fundamental. Cada trabalhador é associado ou cooperado e responsável pelos interesses e objetivos debatidos e assumidos coletivamente.

Além da dimensão cotidiana do trabalho, a construção de uma compreensão sobre a autogestão está expressa nos documentos elaborados nos diferentes encontros realizados entre movimento social e Estado. O Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), documento produzido a partir da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em dezembro de 2014, expressa o significado da autogestão, segundo o debate realizado no evento e a sistematização elaborada pelo Conselho Nacional de Economia Solidária:

“A autogestão experimentada nas iniciativas econômicas solidárias é um modelo de radicalização da democracia em todas as dimensões da vida em sociedade. A afirmação da propriedade coletiva e da gestão compartilhada dos meios e instrumentos de produção implica na partilha dos resultados da atividade econômica, aproximando a economia solidária de um modelo de desenvolvimento que tem por finalidade a redução das disparidades de renda e de riqueza. Da mesma forma, nas esferas políticas e sociais, a autogestão é o modelo proposto pela economia solidária para a democratização do estado e da sociedade, a gestão participativa nas políticas públicas, não apenas naquelas de recorte social, mas também nas de política macroeconômica, entre outras”⁴.

Diferentes experiências com referência na autogestão estão em andamento nas cidades brasileiras. A forma como elas se colocam como utopia da transformação das condições de reprodução da vida pode ter matizes diversos. Da produção de espaços de moradia às relações entre capital e trabalho, o que se observa é que, embora pouco visibilizadas, há uma construção de espaços de autogestão nas cidades que se colocam como resistência.

Essa resistência permitem pensar nas formas pelas quais a autogestão ocupa lugar na cidade. A autogestão é um dos pilares da economia solidária. A propriedade, as decisões e o controle dos empreendimentos econômicos solidários são exercidos pelos trabalhadores. As relações solidárias de produção diferenciam-se daquelas praticadas em empreendimentos baseados na relação patrão-empregado. É isso o que preconiza a economia solidária. Encontrar experiências que estejam plenamente de acordo com esses princípios exige um esforço para além da observação de uma amostragem de práticas. Comumente encontramos textos acadêmicos que, pautados por restritas experiências relacionadas, determina-as como incipientes e inconsistentes. Wellen (2012), por exemplo, afirma que a economia solidária representa um retrocesso na luta dos trabalhadores contra os imperativos do capital. Discordamos desse autor. Já na nossa tese de doutorado afirmávamos que a economia solidária, nos termos em que se realiza no momento atual, é uma sinalização, entre outras necessárias, do caminho da emancipação social e da autodeterminação. Ela carrega em si o germe de novas relações sociais de produção (mais restrita à produção de mercadorias e serviços do que nas demais esferas de realização da economia) e que, por se caracterizar como uma prática portadora de uma nova pedagogia social, com fundamento na autogestão, é potencialmente criadora de uma nova forma de organização da sociedade, possibilitada pela expansão da democracia, da solidariedade e da autogestão, das relações sociais de produção às relações sociais, que extrapolam o espaço restrito da economia e atingem toda a sociedade.

⁴ Brasil, 2015, p. 16.

Utopias da autogestão na cidade

As utopias variam de acordo com o tempo e o espaço. As concepções e os desejos de uma vida melhor sempre estiveram presentes na história humana e exprimem as tendências e latências de uma dada época e de uma dada sociedade.

Paquot diz que as utopias que nascem da contestação das sociedades desiguais visam à instaurar uma contra-sociedade onde dominariam valores comunitários não corrompidos pelo culto ao deus Dinheiro e o respeito a uma só lei, aquela do Lucro⁵.

Experiências autogestionárias revelaram o desejo concreto da utopia de viver em uma sociedade com princípios distintos do mundo que separa trabalho e capital. Essas experiências tiveram desafios tão grandes que suas durações no tempo foram limitadas. Contudo, as marcas espaciais ainda podem ser encontradas para poder imaginar e compreender como viviam essas sociedades e quais foram os limites insuperáveis que colocaram fim na sua realização.

Experiências contestatórias à dinâmica social puderam concretizar, ainda que por um momento breve, a utopia da autogestão. São notórios os socialistas utópicos como referências para economia solidária, como resgata Singer (2002) a partir das experiências de Robert Owen (1771-1858, reformista social galês), por exemplo.

A análise da contribuição histórica dessas experiências permite uma avaliação dos limites que determinaram sua curta duração. Destacamos uma delas que nos permite ampliar o imaginário das utopias.

Familistério de Godin, Guise/França (1859-1968)

Dentre as experiências colocadas em prática pelos socialistas utópicos, a do Familistério de Godin em Guise/França foi a de maior duração. A construção de três pavilhões que puderam abrigar de uma só vez mais de 1700 pessoas (em 1889) caracterizou aquilo que seu próprio criador denominou como uma utopia realizada.

Por quase um século os trabalhadores da indústria de aquecedores e fogões Godin viveram uma experiência que promovia condições distintas da realidade social urbana nos primeiros tempos da revolução industrial na Europa. O provimento da habitação, da educação, da vida cultural, além do estímulo ao cuidado com o corpo, e a paulatina transferência do capital da empresa para a associação dos trabalhadores das indústrias Godin podem ser vistos nos pavilhões que permanecem atualmente como museu na comuna de Guise, próxima a fronteira entre França e Bélgica.

As contradições de um projeto socialista de moradia e trabalho elaborado por um capitalista industrial do século XIX levantam hipóteses para pensar na utopia da autogestão.

⁵ Paquot, 2009, p. 9. Da tradução do original “Les utopies nées de la contestation des sociétés inégalitaires visent à instaurer une contre-société où domineraient des valeurs communautaires non corrompues par le seul culte au Dieu Argent et le respect d’une seule loi, celle du Profit.”

Jean-Baptiste André Godin (1817-1888) enriqueceu com a produção de aquecedores e utensílios para cozinha a partir de um novo material para a época: o ferro fundido. Em 1842 descobriu o pensamento de Charles Fourier (1772-1837, socialista francês). Para Paquot (2009, p. 17) ele não era um patrão autoritário, nem um patrão socializante. Ele tinha convicções fouriéristas. Isso significava que compreendia as organizações societárias em conjuntos (falanstérios) como condições dignas para os trabalhadores.

O Familistério de Godin, denominado de Palácio Social, abrigou 490 apartamentos ocupados dispostos em três pavilhões. A estrutura comportava ainda uma escola, um teatro, um *économat* (que suprimia o papel do intermediário na aquisição dos alimentos dos familisterianos), uma lavanderia e uma piscina, que também era o lugar para o banho e a higiene pessoal dos moradores.

Baseado naquilo que denominava de equivalentes de riqueza, Godin construiu o Palácio Social a partir de princípios higienistas. Para ele o conforto e a salubridade, que a burguesia tinha por meio do dinheiro, poderiam ser oferecidos aos membros do familistério por meio da cooperação. Os equivalentes de riqueza inspiraram arquitetos modernistas, entre eles o mais célebre, Le Corbusier (1887-1965). Ar puro, espaço livre, água corrente e luminosidade garantiam a salubridade das habitações.

Figuras 1 e 2. Familistério de Godin



Fonte: acervo da autora, março 2016.

O Familisterio consistiu para Godin em um passo preparatório para a formação da associação cooperativa dos trabalhadores da indústria Godin.

“Apesar destes obstáculos, eu pude construir o primeiro palácio ao trabalho, o Palácio Social, e preparar as medidas necessárias para a associação integral entre homens. Eu pude reunir os elementos que devem contribuir para a distribuição equitativa dos frutos da produção entre o trabalho, capacidade e capital”⁶.

⁶ Godin, 2010, p. 306.

Em 1880 foi legalmente criada “*Association coopérative du capital et du travail, Société du Familistère Godin & Cie*”. Contudo, a transferência do capital para associação só se efetiva após a morte de Godin, em 1888.

As contradições entre um ideário social e a sua concretização tem outras evidências. Os relatos de familisterianos, disponíveis no Museu do Familistère de Godin, retratam um Godin pouco sociável. Ainda que morasse em um dos pavilhões do Palácio Social, seu apartamento tinha elementos burgueses distintos do que se observava nas demais habitações. Após a ocasião de sua morte, cada habitação possuía um pequeno busto de Godin.

A experiência do familistério de Godin coloca como questão a sua relação com a cidade. Em depoimento no documentário “*Une Aristocratie Populaire*” (Syndicat Mixte du Familistère de Godin, 2010, 26 minutos), um ex-trabalhador da indústria Godin, mas não familisteriano, revela que politicamente, os trabalhadores da indústria que moravam em Guise eram comunistas e os trabalhadores familisterianos eram socialistas.

Instalado ao lado da cidade, que aportes a experiência pôde oferecer para pensar na vida urbana?

Figura 3. Localização do Familistério de Godin em Guise/França



Fonte: Google, 2016

<<https://www.google.fr/maps/place/02120+Guise/@49.9038576,3.6264147,344m/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0x47e82b97168d34e9:0x40af13e8169e870>>

Resta, hoje, sua construção que vem sendo restaurada para ampliar as instalações do Museu. O fim da Associação Cooperativa em 1968 é explicado pelo aumento da concorrência dos seus produtos com a introdução do Mercado Comum Europeu no final dos anos 1950.

Às causas externas são adicionadas dificuldades internas sintomáticas de um “desvio do espírito cooperativo”: o critério do mérito na seleção de associados deu lugar ao da herança, a inovação se abrandou e o investimento tornou-se insuficiente.

As críticas às experiências colocadas em prática pelos socialistas utópicos remetem a filantropia e ao paternalismo. Um modelo pensado para uma sociedade a partir do idealismo que tenta encaixar as relações sociais em formas pré-definidas.

Direito à cidade e autogestão

Se as primeiras ideias sobre autogestão, na forma de associação de trabalhadores, estão delineadas nas propostas dos socialistas utópicos representados por Owen e Fourier, e implementadas por Godin, o termo propriamente dito é concebido entre as décadas de 1950 e 1960, segundo Monthé⁷, para denominar a experiência iugoslava do partido comunista de modernização do sistema econômico, com a participação dos cidadãos depositários dos conhecimentos técnicos e profissionais nas empresas e nas municipalidades onde o partido governava. Ainda no entendimento mais restrito, esse termo reaparece, de acordo com Nahas⁸, vinculado às experiências que buscam minimizar as desigualdades sociais, o desemprego estrutural e o desemprego provocado pelo fechamento de unidades produtivas, em consequência do processo de reestruturação produtiva.

Mais amplo que esse sentido, a autogestão também é uma categoria da teoria política que representa uma ruptura e uma revolução paradigmática.

“(…) trata de um sistema de organização de toda a sociedade, incluindo as instituições políticas, sociais, econômicas e produtivas nas quais inexistam a divisão social do trabalho e a separação entre economia e política, Estado, o mercado e as classes sociais. De acordo com essa proposta revolucionária, a autogestão não se resume aos limites das empresas, mas é um projeto global da sociedade”⁹.

Neste sentido geral, a autogestão é a estrutura básica da sociedade socialista, na economia, na política e na cultura, segundo o entendimento de Bottomore¹⁰. Os conselhos de autogestão e das assembleias organizadas transcendem os limites do Estado na tomadas de decisão de todas as questões básicas.

A autogestão tem a atenção de Lefèbvre (2002) ao apontar a premência de um projeto global “que proponha expressa e deliberadamente uma outra maneira de viver”. Para Lefèbvre a autodeterminação da classe operária implica, imediatamente, autogestão.

Para expor as condições de sobrevivência do capitalismo e o projeto de sua superação, Lefèbvre lança mão do conceito de reprodução das relações de produção para designar um “processo complexo que arrasta contradições e não só as repete e re-duplica, mas também as desloca, as modifica, as amplifica”¹¹. A sociedade capitalista é uma produção e uma reprodução de relações sociais e não só uma produção de coisas. Assim, as relações sociais não se produzem e reproduzem apenas no espaço da fábrica, mas se reproduzem na vida cotidiana, na família e na cidade. “Reproduzem-se também onde a mais-valia global da sociedade se realiza, se reparte e é despendida, no

⁷ In Hespanha, 2009, p. 26

⁸ In Cattani e Holzmann, 2011, p. 37.

⁹ Nahas. In Cattani e Holzmann, 2006 p. 37.

¹⁰ Bottomore, 2001, p. 23.

¹¹ Lefèbvre, 1973, p. 6.

funcionamento global da sociedade, na arte, na cultura, na ciência e em muitos outros setores...”¹². Por isso as consequências desse modo de produção não se dão apenas no nível das forças produtivas.

O desconhecimento desta reprodução das relações sociais permite a reprodução de relações antigas, cada vez mais degradadas, ao mesmo tempo em que novas relações sociais são produzidas de forma inconsciente. “Enfim, as próprias contradições reproduzem-se elas mesmas de forma alargada”, segundo Lefèbvre¹³.

As análises das implicações do crescimento econômico em escala mundial não tratam do lento apodrecimento das relações sociais, bem como são mal compreendidos os papéis desempenhados pelo conhecimento, pela cultura e pela cidade nas condições atuais. Para Lefèbvre, esses são mais lugares da dissolução que da transformação, tornado evidente na análise do fenômeno urbano e das suas contradições internas, porque hoje, ele é simultaneamente o lugar da reprodução das antigas relações sociais, da sua decomposição e o da formação de novas relações sociais e das suas contradições¹⁴.

Lefèbvre (1973) preconiza em seu projeto global os direitos dos indivíduos e dos grupos. Coloca lado a lado a autogestão e o direito à cidade:

“Entre estes direitos, recordemos: o direito à cidade (o direito a não ser afastado da sociedade e da civilização, num espaço produzido com vista a essa discriminação) – e o direito à diferença (o direito a não ser classificado à força em categorias determinadas por potências homogeneizantes (...))”¹⁵.

A ação e a estratégia deste projeto consistem em tornar possível amanhã o impossível de hoje. Lefèbvre enfatiza que o projeto só pode resultar de um esforço coletivo, espontâneo e consciente, teórico e prático, para determinar a via.

Revelar o que existe, mas é ocultado pela produção hegemônica do conhecimento, fará com que se descubra que na elaboração do projeto já cooperam “os grupos parciais e diferenciais, sobretudo os que o poder central rejeita para as periferias mentais, sociais, espaciais”:

“Se as periferias são impotentes, se são destinadas isoladamente às revoltas locais e pontuais, não deixam por isso de ter a possibilidade de transbordar os centros, a partir do momento em que estes são abalados. Se o projeto não se pode elaborar, ou se não possui nenhuma eficácia, é porque os fatos ditos sociais escapam ao pensamento e à ação, porque consistem apenas em acasos e necessidades igualmente cegos, em fluxos e refluxos”¹⁶.

A diferenciação entre o projeto de Lefèbvre e o dos programas políticos situa-se nas prioridades às necessidades sociais e não às necessidades individuais, que se sempre permanecem nos planos inspirados pela burguesia como classe dominante.

¹² Lefèbvre, 1973, p. 110.

¹³ Lefèbvre, 1973, p. 110.

¹⁴ Lefèbvre, 1973a, p. 111.

¹⁵ Lefèbvre, 1973 p. 38.

¹⁶ Lefèbvre, 1973 p. 39.

Cabe, nesse ponto compreender os problemas de um projeto socialista definido a partir da burguesia, de um industrial que elabora um modelo de sociedade, saído de suas próprias ideias. As insuficiências das experiências do socialistas utópicos estão na ausência da autodeterminação.

A definição das necessidades sociais não parte das necessidades do Estado, mas para Lefèbvre, elas são necessidades urbanas, em que os problemas mais profundos são os da produção e da gestão de um espaço que corresponda às possibilidades da técnica e do conhecimento, bem como às exigências da vida social pela e para as ‘massas’¹⁷.

É à classe operária que Lefèbvre (1973) delega a realização do projeto e, incomodamente, ele admite que as relações de produção mantiveram-se pouco modificadas diante da metamorfose anunciada por Marx através da superação da classe operária por ela mesma. Entretanto, esse fim da história ainda não está escrito porque a história ainda não está terminada.

O conformismo político não pode estar presente no pensamento teórico ao se contentar com o papel de “explicar essa situação”. Para Lefèbvre “modo de produção capitalista realizou o seu conceito tal como Marx o havia determinado, deixando na obscuridade as modalidades dessa realização”. Cabe à classe operária realizar o seu conceito e isso implica a autodeterminação.

“Serão sem dúvida necessários anos e dezenas de anos para extirpar as confusões, tanto mais que não se trata de maneira nenhuma de voltar ao espontaneísmo. A autodeterminação da classe operária consistiria para ela, hoje, em desprender-se com conhecimento de causa da ideologia produtivista, que por razões que não são comuns, é comum ao capitalismo de Estado e ao socialismo de Estado. E com que objetivo? Para tomar em mãos o desenvolvimento, para orientar o crescimento (conhecido e dominado enquanto tal) em direção às necessidades sociais. Além disso, quem pensa em autodeterminação da classe operária, quem diz autonomia, diz imediatamente: autogestão”¹⁸.

Se a autodeterminação é o sentido, a autogestão, para Lefèbvre, não é uma mágica nem uma panaceia. Ela não deve ser uma palavra de ordem vazia, nem pode se isolar. Ela designa uma teoria e uma prática social. No plano teórico é preciso diferenciar as palavras autogestão e co-gestão, que, para Lefèbvre¹⁹, são incompatíveis. A palavra de ordem da autogestão contém implicitamente um projeto global destinado a preencher o vazio, mas somente se for explicitado. Se a autogestão não tiver um conteúdo social e político, tornado uma estratégia, o projeto encalha. A co-gestão, para ao autor, é uma palavra perigosa, porque se limita a contestar os quadros habituais da gestão. Como reformismo pseudo-revolucionário, não almeja mais do que melhorar a gestão da mesma coisa, nas mesmas instituições, restabelecidas com a ajuda dos mesmos interesses. Enquanto prática social,

“a autogestão e a participação efetivas não podem separar-se de um sistema de democracia direta, mais próximo de um movimento perpétuo e perpetuamente renovado, extraindo de si mesmo a sua capacidade de organização, apenas de um sistema formal. Em todos os níveis, as

¹⁷ Lefèbvre, 1973, p. 40.

¹⁸ Lefèbvre, 1973, p. 43.

¹⁹ Lefèbvre, 1973b, p. 194.

relações mudam: as relações antigas entre os ativos e os passivos, os governantes e os governados, as decisões e as frustrações, os sujeitos e os objetos, dissolvem-se”²⁰.

As relações de produção em que se assentam a economia solidária de uma prática participativa na gestão do empreendimento não demonstram, ainda, assentar-se efetivamente na autogestão preconizada por Lefèbvre em razão das relações impostas para além do perímetro restrito do processo produtivo. A análise sobre a esfera da troca evidenciou os limites de realização plena da democracia econômica reivindicada pela economia solidária. Isso, entretanto, não invalida e não deve desperdiçar tais experiências, ao contrário. Se a vida cotidiana é o lugar de realização da autogestão, porque o processo revolucionário começa pelo abalo da cotidianidade e se encerra pelo seu restabelecimento, tal qual afirma o autor, as relações solidárias de produção entre trabalhadores constituem experiências embrionárias da efetiva autogestão, no início ainda restrita à escala da produção, mas contendo a virtualidade de expansão para as outras esferas da vida social.

Harvey (2012), na proposta de atualização do pensamento marxista, que se apoia na obra de Henri Lefèbvre, apresenta, no entanto, uma distância da tese que afirma a classe operária como vanguarda da mudança política. Para o autor é preciso olhar para os movimentos políticos da cidade como tão significativos quanto aqueles que acontecem nas fábricas. Embora ainda haja uma ênfase de alguns pensadores marxistas no protagonismo dos movimentos operários é preciso considerar que os operários estão desaparecendo em muitas partes do mundo do capitalismo avançado. Na proposta de Harvey (2012) há de se voltar a atenção para a classe trabalhadora que está criando e sustentando a vida urbana.

Conclusões

As experiências dos socialistas utópicos, com destaque aqui para a do familistério de Godin, não podem ser analisadas sem uma contextualização histórica. O fim dessas experiências não colocam um ponto final na utopia da autogestão. Renovam-se as práticas e os entendimentos sobre as relações sociais que comportam uma forma de produção da vida social amparada na democracia radical.

As experiências autogestionárias são contemporâneas de momentos onde a relação de exploração entre capital e trabalho se acentua. A regressão histórica mostra as condições precárias dos trabalhadores da revolução da industrial na Europa.

A utopia da autogestão na cidade continua na experiência da economia solidária com protagonismo do trabalhadores. As formas espaciais dessas experiências não são evidentes, não são concretas, porque tratam-se de experiências sem modelo, sem uma morfologia sócio-espacial. Talvez esteja nessa característica a virtualidade mais concreta de realização de uma transformação nas relações capital/trabalho.

²⁰ Lefèbvre, 2002, p. 195. Da tradução do original “L’ autogestion et la participation effectives ne peuvent se séparer d’un ‘système’ de démocratie directe, plus proche d’un mouvement perpétuel et perpétuellement renouvelé, puisant en lui-même sa capacité d’organisation, que d’un ‘système’ formel. A tous les niveaux, les rapports changent: les relations anciennes entre les actifs et le passifs, les gouvernant et les gouvernés, les décisions et les frustrations, les sujets et les objets, se dissolvent”.

Buscamos com esse artigo ampliar o nosso caminho de entendimento teórico no âmbito da Geografia Crítica que ofereça contribuição para compreender o trabalho como prática sócio-espacial urbana.

Temos a seguinte tese: a urbanização capitalista é uma condição para a precarização do trabalho, que por sua vez é condição para a realização do projeto da mundialização.

Esses três processos se mostram como indissociáveis quando são analisadas as condições do trabalho na atualidade.

Se compreendemos que a urbanização é um conjunto de processos sociais que se dão no espaço e no tempo, no capitalismo a urbanização amplia a separação entre capital e trabalho. Ela aliena o trabalhador daquilo que ele produz porque reconfigura a relação do homem com a natureza.

Relacionar a urbanização à força de trabalho não reduz a análise à cidade em si. Com ela busca-se desvendar os mecanismos de reprodução ampliada do capital que tem no espaço uma condição inequívoca.

Compreender a relação entre o trabalho e o urbano, superando sua relação direta na construção material da cidade para avançar na compreensão do movimento de realização da urbanização é o que temos buscado a partir da investigação das condições de precarização da força de trabalho na cidade.

A utopia da emancipação do trabalho em relação ao capital, da transformação das condições de vida, continuam, entretanto, no horizonte. Buscar as lacunas que permitem superar à subordinação do trabalho ao capital e fomentar relações sociais transformadoras das atuais condições de reprodução social é o exercício que temos nos proposto para construir um caminho de compreensão, com as ferramentas da ciência geográfica, de um conhecimento crítico e militante.

Bibliografia

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 684p.

BRAGA, Rui. *A política do precariado. Do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012. 264p.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015- 2019)*. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/plano-nacional-de-economia-solidaria>>. [10 de janeiro de 2016].

CATTANI, Antonio David & HOLZMANN, Lorena (Org.) *Dicionário de trabalho e tecnologia*. Porto Alegre: Zouk, 2011. 496p.

GODIN, André. *Solutions sociales*. Les Éditions du Familistère, Guise, 2010. 663 p.

HARVEY, David; DUFAUX, Frédéric; GERVAIS-LAMBONY, Philippe; BUIRE, Chloé; DESBOIS, Henri. Justice territoriale, épanouissement humain et stratégies géographiques de libération. Un entretien avec David Harvey. Traduction: Henri Desbois. *Justice spatiale / Spatial justice*. [Em linha]. Nanterre, décembre 2011, n° 4, www.jssj.org [27 de outubro de 2015]

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço & Debates*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, n. 6, 1982.

HARVEY, David. *Rebel Cities. From the right to the city to the urban revolution*. London: Verso, 2012. 187 p.

HESPANHA, Pedro. *et al. Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina/CES, 2009. 352p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sala de Imprensa. Em dezembro, taxa de desocupação fica em 4,3% e fecha 2014 com média de 4,8%. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2816>>. [30 de janeiro de 2015].

LEFEBVRE, Henri. A reprodução das relações de produção. Tradução de Antonio Ribeiro e M. Amaral. Porto: Publicações Escorpião, 1973. (Cadernos O Homem e a Sociedade). 87p.

LEFEBVRE, Henri. *La survie du capitalisme*. La re-production des rapports de production. 3. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2002. 225p.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. 192p.

PAQUOT, Thierry & BÉDARIDA, Marc. *Habiter l'utopie. Le familistère Godin à Guise*. Editions de la Villette, Paris, 2009. 312 p.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002. 127p.

WELLEN, Henrique. *Para a crítica da “Economia Solidária”*. São Paulo: outras expressões. 2012. 440 p.